



O deputado Carlos Jordy (PL-RJ) chega à sede da Polícia Federal no Rio para prestar depoimento. Foto: Raul - 18 Jan. 24/Agência O Globo

STF me usa de bode expiatório para dar recado, diz Carlos Jordy

Líder da oposição nega ligação com 8/1 e diz ter falado com Lira para reação

João Gabriel

BRASÍLIA O deputado federal Carlos Jordy (PL-RJ) diz ver a operação de busca e apreensão contra ele como uma manobra de transformação em bode expiatório e dar um recado do STF (Supremo Tribunal Federal) ao Congresso Nacional. Jordy é líder da oposição na Câmara e foi alvo da Polícia Federal no inquérito que investiga os atos golpistas de 8 de janeiro de 2023.

Na justificativa para a ação, o ministro Alexandre de Moraes usou mensagens do deputado com Carlos Victor Carvalho, conhecido como CVC, suposto de organizar bloqueios em rodovias no interior do Rio de Janeiro após a vitória de Lula (PT) nas eleições de 2022 sobre Jair Bolsonaro (PL).

"Estão tentando uma guerra, um contorcimento, me fazer de um bode expiatório, tentando me associar ao 8 de janeiro", afirmou em entrevista à Folha.

Ele é o primeiro deputado alvo das ações da Operação Lava Jato.

"Estão fazendo uma pesca probatória, algo totalmente ilegal, e, a partir disso, estão dando um recado para o Congresso que, se fazemos isso com o líder da oposição, poderíamos fazer com qualquer um".

A nova fase da Lava Jato,

deflagrada na quinta-feira (18), foi autorizada pelo STF, onde a apuração tramita sob a relatoria de Moraes, após pedido da PF e com parecer favorável da PGR (Procuradoria-Geral da República).

Jordy diz que a autorização de Moraes é uma estratégia para que o inquérito do 8 de janeiro permaneça no STF.

“Ao imputar um deputado federal, que tem foro específico nas investigações, segundo ele, fica criada a justificativa para manifestantes golpistas ou financiadores também ficarem sob tutela do Supremo, e não da Justiça comum.”

O deputado afirma que conversou com colegas, inclusive o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e que espera uma ação coordenada do Legislativo para avançar com o inquérito.

Jordy afirma que nem “se quer sabia que 8 de janeiro ia acontecer”, que achava os atos em questão uma “grande besteira” e que os bloqueios em rodovias após a vitória de Lula “não iam dar em nada”.

Moraes autorizou as buscas

e apreensões contra Jordy motivado por telefonemas e mensagens de um investigado por

organizar atos golpistas em Campos dos Goytacazes (RJ). Segundo a PF, foram descobertos, a partir de informações obtidas em faixas anteriores da operação, indícios de “fortes ligações” entre o suposto devedor de Campos Carlos Victor de Carvalho e Jordy.

Carlos Victor organizava ao menos 15 grupos de WhatsApp com mensagens de teor golpista, além de manifestações antidemocráticas.

Segundo a PF, há indicações de que Jordy orientava CVC e “tinha o poder de ordenar as movimentações antidemocráticas, seja pelas redes sociais ou agitando a militância da região”.

Para isso, citaram uma mensagem de CVC ao deputado em 1º de novembro de 2022, quando ocorreu bloqueio de rodovias por todo o Brasil após a vitória de Lula na disputa pela Presidência.

“Bom dia, meu líder! Qual decisão de recado você pode me dar? Tem poder de parar tudo?”, disse CVC a Jordy.

O deputado respondeu: “Ta lá irmão, beleza! Está pedindo para falar aí?”.

CVC, então, disse: “Posso ir mais. Quando quiser pode me ligar”.

“São mensagens que eu nem me recordava, totalmente distorcidas, uma verdadeira ginástica para me imputar um crime que nunca existiu. O CVC chega e me chama de ‘meu líder’. Quantas pessoas me chamam de ‘meu líder’?”, diz o líder da oposição à Folha.

Jordy afirma que conheceu CVC pouco antes das eleições, que sabia que ele era influente em grupos de direita e que costuraram uma aliança para conseguirem votos em Cam-

pos dos Goytacazes — mas que se encontraram pessoalmente, na cidade, uma ou duas vezes, e que mantinham contato apenas virtual.

O deputado também afirma que não se recorda do teor da ligação que seguiu a troca de mensagens, mas que respondia a todos que perguntavam sobre o assunto que achava que tais atos não dariam em nada.

Moraes cita ainda uma outra conversa em sua decisão. Em 17 de janeiro de 2023, quando CVC estava foragido, Jordy fez contato telefônico com o suposto devedor.

Segundo Jordy, a ligação foi feita por um número que não era o usual de CVC.

“Ele me disse que ele estava, digamos, foragido, tinha saído de casa, fugido de casa. E me pediu ajuda com um advogado”, afirma o deputado.

CVC, segundo Jordy, afirmou que estava sendo imputado por participar dos atos golpistas, mas que ele não estava em Brasília no 8 de janeiro de 2023.

“Aí eu entrei em contato com a esposa dele, ou a esposa dele entrou em contato comigo e indiquei um advogado”, completa o deputado.

Moraes sustenta que Jordy deveria ter acionado as autoridades sobre a conversa, uma vez que o paralelo de CVC era desconhecido.

“Eu pergunto [onde ele estava] e ele não quis falar”, diz o deputado. “Não reporte [a ligação] porque não via necessidade de fazer qualquer tipo de comunicação dessa e por que o advogado iria entrar em contato com as autoridades”.

A PGR afirmou que as provas indicam que Jordy, “além de orientar grupos expressivos de pessoas, tinha o poder de ordenar as movimentações antidemocráticas, seja pelas redes sociais ou agitando a militância da região”.

Na operação de quinta, agentes federais cumpriram mandados de busca no Rio de Janeiro (8) e no Distrito Federal (2) contra o parlamentar e outros nove investigados.

Houve inclusive ação dentro do gabinete do deputado da Câmara.

Na quinta-feira, Jordy prestou depoimento à PF no Rio, afirmou ser vítima de uma “medida autoritária, sem fundamento, sem indicio algum, que somente visa perseguir, intimidar e criar narrativa às vésperas de eleição municipal”.

Colegas do PT e ex-filhos do ex-presidente Bolsonaro saíram em defesa dele, afirmando que a medida de Moraes foi autoritária e fruto de perseguição política. Parlamentares bolsonaristas temem que, com a apreensão do celular do corregedor, mais aliados de Bolsonaro sejam implicados e possam ser alvo de ações da PF.

“É mais desastroso ainda”,

Mas “Segredos de um Repórter” não é apenas um manual de dicas para novos repórteres de TV.

Também revê a entrevista com José Saramago (1922-2010), realizada em 2007 na ilha de Lanzarote, no arquipélago das Canárias, onde o romancista português vivia.

Tô a entrevista que mais me preocupou e também a que me deu mais prazer”, diz uma entrevista com um Nobel de Literatura, deixando qualquer repórter treme. No caso de Silvestre, muito ligado ao tema, a ansiedade era ainda mais difícil de controlar.

De qualquer modo, a oportunidade de entrevistar Saramago tinha o peso de um prêmio. Três anos depois, veio outro: Silvestre ganhou o Jabuti pelo seu primeiro livro de ficção, “Se Eu Fosse os Outros Aí”, depois desse, vieram seus romances e dois volumes de contos.

Atualmente, Silvestre se dedica a escrever um tratado: “Quatro romances e uma Esperança”, uma das suas peças, deve estreiar em setembro de 2024 no Rio.

Segredos de um Repórter

Autor: Edney Silvestre

Editora: Edições 70 - Grupo Abril

Abordagem: 95 (248 páginas)

Num “tomde conversa com o leitor”, como diz, Silvestre reúne dicas bem práticas para o repórter que está começando na TV ou em vídeos de sites jornalísticos. Comentários e análises de filmes e programas de TV de destruição de seu próprio trabalho” e explica como o texto para um meio audiovisual se difere daquele preparado para a imprensa escrita.

No trecho sobre transmissões ao vivo, ele comanda o repórter Zileide Silva, com quem trabalhou no Globo, para dar recomendações.

O autor apresenta sugestões aos repórteres homens sobre como se vestir (“bata salva tudo, azul-marinho, tá?”). Para as mulheres, con-

ta com colaborações da figurinista Ana Lucia Quintas (“Cuidado com as estampas, que aumentam o volume da pessoa, poluem o visual e roubam a atenção do telespectador. No YouTube, o efeito

é mais desastroso ainda”).

Para as mulheres, conta com colaborações da figurinista Ana Lucia Quintas (“Cuidado com as estampas, que aumentam o volume da pessoa, poluem o visual e roubam a atenção do telespectador. No YouTube, o efeito

Gonet defende ação contra Jefferson no Supremo por elo com 8/1

José Marques

BRASÍLIA O procurador-geral da República, Paulo Gonet, defendeu que ação em que o ex-deputado Roberto Jefferson é réu continue tramitando no STF (Supremo Tribunal Federal), por ver conexão com os atos golpistas de 8 de janeiro.

Segundo Gonet, em manifestações protocoladas nesta quinta (18), as acusações contra Jefferson podem ser vistas como “elo relevante” na engrenagem “que resultou nos atos violentos de 8 de janeiro”.

“Essa perspectiva se fortalece na consideração de que se atribui ao réu, além de haver utilizado parte da estrutura partidária financiada pelo réu para fragilizar as instituições da República, ter formulado publicamente tímidas ataques verbais contra instituições centrais da República democrática”, disse o PGR.

Para ele, houve “um esforço que a visão deste momento permite situar como estratégia dirigida a fomentar movimento de rompimento condicional da ordem política”.

O ex-deputado é réu sob acusação de calúnia, incitação ao crime de dano contra patrimônio público e homofobia. A ação foi aberta devido a uma série de entrevistas nas quais Jefferson atacou o STF (Tribunal Superior Eleitoral), os senadores da CF e a Covid, o Supremo e as pessoas LGBTQIA+.

O caso contra Jefferson para a Justiça Federal, mas o ministro Alexandre de Moraes decidiu submeter uma questão ao plenário da corte para que o caso seja julgado no Supremo Tribunal Federal.

Atualmente, Jefferson está internado em um hospital no Rio de Janeiro. Ele teve prisão preventiva determinada em 2023.

Em outubro daquele ano, o ex-deputado disparou tiros de fuzil e lançou duas granadas contra policiais federais que foram ao seu endereço para cumprir ordem de prisão do STF.

O ministro Alexandre de Moraes afirmou em sua decisão que Jefferson descumpriu medidas impostas anteriormente pelo tribunal.

O advogado de Jefferson, João Pedro Barreto, em resposta à manifestação de Gonet, afirmou que “não existe vínculo probatório algum” do processo do ex-deputado com os ataques golpistas realizados em 8 de janeiro do ano passado.

“Nesse, ainda, que o Supremo vem constituindo precedentes contra o acúmulo de processos por um único juiz ao analisar os processos da Operação Lava Jato, mas que existe uma ‘espécie de supercompetência pelo ministro Alexandre de Moraes, que se aproxima, como foi dito, de um inconstitucionalismo de exceção’.

Reportagem da Folha mostrou que Moraes cita casos de congressistas investigados em seus votos pela condenação de réus do 8 de janeiro para justificar a manutenção no tribunal dos processos daqueles que não têm direito a foro especial na corte.

Portim, entre maio e agosto do ano passado, a PGR pediu o arquivamento, por falta de provas, dos dois inquéritos abertos contra parlamentares que são mencionados pelo ministro em seus votos.